

O CHÃO DE NOSSA HISTÓRIA: NATUREZA, PATRIMÔNIO AMBIENTAL E IDENTIDADE

Gilmar ARRUDA

Resumo: O uso do patrimônio sempre evoca sentimentos partilhados no presente ou vividos em comum no passado pelos grupos sociais, característica que o torna referência para a construção de sentimentos de pertencimento e identidades, circunscrevendo os territórios; estabelecendo as fronteiras entre os iguais e os diferentes. Porém quando acrescenta a idéia de patrimônio os adjetivos "natural nacional" aparecem inúmeras tensões na definição dos critérios para a eleição do que seria o "natural nacional".

O presente artigo¹ aponta as origens de algumas dessas tensões; problemas existentes nos possíveis critérios de definição do "natural nacional" e reflete sobre os usos da natureza como suporte para a definição das identidades nacionais.

Palavras-chave: natureza, patrimônio natural, identidade nacional"

Abstract : The use of heritage always arouses feelings shared in the present and lived mutually in the past by social groups. Such a characteristic turns heritage into a reference for the development of identities and feelings of belonging, limiting territories and setting the frontiers between the equal and the different. However, when the adjectives 'national natural' are added to the idea of heritage, numerous tensions arise in the definition of the criteria for the establishing of what would be 'national natural'.

The current article presents the origins of some of these tensions; problems existing in the possible criteria to define 'national natural'. Also, it reflects upon the use of nature as a support for the definition of national identities.

Keywords: nature, natural heritage, national identity.

“Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem”
(Pero Vaz de Caminha)²

“Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Constituição Federal do Brasil).

A natureza tem sido, desde a chegada dos europeus nas Américas, um dos principais temas, ou diríamos, fonte de inspiração, para a produção de representações, discursos, símbolos e imagens sobre o continente. A própria chegada dos europeus foi vista e pensada por muitos como a descoberta do outro e de si mesmo. A floresta tropical, as populações do novo mundo, transformaram-se em espelho e limite, marcando as diferenças e as fronteiras entre o "nós" e os "outros".

Diante de um mundo desconhecido, o primeiro passo seria reconhecê-lo e descrevê-lo. Isto foi feito de diversas formas e meios: narradores, pintores, copistas, cartógrafos, naturalistas, viajantes, fotógrafos e cineastas. Do século XVI aos dias que correm, a natureza das Américas esteve presente em quase todas, para não dizer todas, as descrições/interpretações sobre o outro lado do Atlântico.

A natureza serviu e serve como suporte para os discursos e práticas que marcam os limites, as fronteiras entre o europeu e o nativo; entre o civilizado e o bárbaro; entre o progresso e o atraso; entre o urbano e a mata, etc.

As vastidões do território foram percorridas atrás dos elementos da natureza: ouro, prata, drogas, madeiras, gentes, minérios e, atualmente, a bio-diversidade e os conhecimentos tradicionais – etno-conhecimentos. A natureza da América foi ou é onipresente no mundo das Américas e, agora, quando encontra-se ameaçada, cumpre correr em busca da "salvação", da "preservação", de sua "patrimonialização".

Em um recente livro, cuidadosamente editado e organizado por Wagner da Costa Ribeiro³, podemos notar a natureza associada a uma espacialidade específica, a brasileira. Uma determinada natureza tornada patrimônio de um determinado país.

As intenções do livro, apontada pelo organizador na apresentação, indica ao mesmo tempo uma denúncia e a construção de uma referência de identidade. Diz Wagner Costa Ribeiro:

[...] devastação do patrimônio ambiental brasileiro é tema de discussão em jornais, revistas e redes de televisão do mundo inteiro. As queimadas e o desmatamento da Amazônia, a contaminação dos rios do Pantanal, a ameaça de retirada dos

últimos trechos da Mata Atlântica e a desertificação de partes dos pampas gaúchos e da região semi-árida do Nordeste brasileiros são temas de reportagens e de investigações científicas⁴.

O meio ambiente de um determinado país, o Brasil, identificado por suas características particulares (Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, pampas), vem sendo degradado por sua forma de ocupação e apropriação humana. Mas, apesar do contínuo processo de degradação que essa natureza específica tem sofrido ao longo de sua transformação em território nacional, ainda restaram importantes áreas preservadas:

Mas, apesar da devastação ambiental a que ainda assistimos, foram preservadas vastas áreas com vegetação e faunas nativas. Isso permite afirmar que o país está entre aqueles de maior diversidade biológica do mundo. Estima-se que no patrimônio ambiental brasileiro ocorra de 10 a 20 % do total das espécies do planeta [...] Em nossas áreas protegidas vivem comunidades locais que detêm um importante conhecimento de espécies que as ajudam a resolver seus males e que despertam o interesse de investidores internacionais, principalmente do setor farmacêutico. Além disso, dispomos de imensas reservas de água doce, recurso importante no século XXI⁵.

A bio-diversidade de um determinado território circunscrito torna-se suporte para a defesa da soberania e da identidade do espaço da nação. O uso da natureza para definição e afirmação da singularidade de um determinado território foi recorrente nas origens dos estados-nacionais modernos, sendo que a novidade é o surgimento de uma nova noção para esta singularidade: a bio-diversidade. Finalmente, um dos objetivos do livro, segundo Wagner Ribeiro Costa, seria o de analisar a relação entre a constituição do social, isto é, dos processos históricos que levaram a demarcação de uma espacialidade específica denominada de brasileira, e a degradação ambiental devido à exploração predatória e produtora de desigualdades sociais:

Com este livro pretende-se avaliar os impactos ambientais associados à desigualdade social brasileira ao longo da história do país e apontar diretrizes para o futuro. Um futuro que já exige ações dos dirigentes do país e que alcança repercussão nacional e internacional, como nas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas⁶.

A intenção deste texto não é discutir ou resenhar o livro, apontando seus méritos e sua atualidade que são por demais evidentes⁷, mas, sim, aproveitar o seu aparecimento e refletir sobre a representação da natureza como um patrimônio nacional. Historicamente, no contexto do Brasil, têm sido estabelecidas diversas associações entre natureza, território e identidade. Esse tema é debatido por um dos textos, que compõem a coletânea, escrito por Antonio Carlos

Robert Moraes. Para esse autor, devido ao caráter de passado colonial do Brasil, a “dimensão espacial adquire singular relevo na explicação dos processos sociais e da vida política particular”, influenciando de forma preponderante na ação do Estado e de suas políticas. Para Moraes: “A determinação colonial se inscreve nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos seus recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares”⁸.

A espacialidade predominante na formação social e histórica dos países de passado colonial, fez com que a ocupação do território se transformasse em um forte recurso de coesão social ou, poderíamos dizer, de formação de identidades coletivas nacionais. Ocupar o território, “povoadora no sentido do colonizador” e “despovoadora na perspectiva dos índios”, transformou a natureza em um recurso a ser apropriado:

Nesse quadro, a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis. Daí a idéia do país como celeiro de riquezas, o “gigante deitado em berço esplêndido” ou, em certo momento, “vaquinha-de-leite de Portugal”. Uma óptica espoliativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa com clareza no ritmo e na forma com que avança as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas. O bom governo, nesse sentido, é o que propicia, antes de tudo, o acesso aos lugares e aos seus recursos. Por isso, “governar é construir estradas”⁹.

Como bem destaca esse autor, a natureza foi um apanágio para o processo de conquista do seu território, característica que não se restringiu ao período colonial. Na primeira metade do século XX, dezenas de projetos de colonização moderna destacavam a “fertilidade” do solo apontando para as gigantescas árvores da Mata Atlântica. Uma vez iniciado o processo de “abertura”, a floresta deveria ser eliminada para que o tesouro escondido, a fertilidade do solo, os famosos solos roxos do norte do Estado do Paraná, pudesse produzir toda a riqueza e progresso esperado, ou desejado¹⁰.

Não escapou a Antonio Carlos Robert Moraes a armadilha do “ouro” dos tempos da globalização, a riqueza da bio-diversidade. “A nova plataforma hegemônica introduz uma revalorização da natureza e, notadamente, da ‘originalidade natural’: o ‘mito moderno da natureza intocada’, como definiu com precisão Antonio Carlos Diegues. Tal fato, em parte, requalifica o Brasil na divisão internacional do trabalho, por ser o país dotado ainda de vastos fundo territoriais. O espaço inculto (o sertão) torna-se uma vantagem comparativa no novo contexto global”¹¹.

Temos – o verbo remete diretamente ao sentido de pertencimento a nação, ao sou brasileiro - então um vasto fundo territorial, um sertão de conhecimentos ainda não tocado ou descoberto que pode se tornar uma vantagem na competição internacional nos tempos da globalização. Ao mesmo tempo, existe uma pressão dos ambientalistas, nacionais e

internacionais, nem sempre movida por sinceros interesses preservacionistas, em tornar estes fundos de “bio-diversidade” em patrimônio ambiental, não necessariamente nacionais.

A espacialidade brasileira, ou sua territorialidade nos termos da geografia, especialmente os sertões mencionados por Moraes, foi o principal objeto de preocupação dos intelectuais brasileiros ao longo do século XX. Vários analistas contemporâneos¹², como Lúcia Lippi de Oliveira, são categóricos nesta afirmação:

A ausência de um passado histórico remoto, exemplificada na ausência de catedrais góticas, produziu a busca de raízes em passados mitológicos ou em traços culturais primeiro do português, do índio e do negro. Entretanto, estas construções simbólicas têm produzido mais a consciência das distinções do que da integração. A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração [...] Esta premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do “ufanismo” como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil¹³.

O que caracterizaria este país, seguindo o raciocínio desta autora, como tal é a sua natureza e não os seus habitantes, pois eles não foram capazes de utilizar os maravilhosos recursos existentes para construir uma nação. Uma cisão, portanto, entre natureza e humano, entre natureza e história, no processo de construção das fundações de uma memória coletiva, suporte de identidades nacionais ou regionais.

O espaço deste país não apareceria como cruzado, outros diriam, esquadrinhado, pela história. A ação humana que aí se desenrola desqualifica e destrói o quadro inicial estabelecido pelo “Deus” fundador. Ocorre um rebaixamento da política, a ação humana por excelência, que quase desaparece diante do cenário natural da nação. A natureza de dádiva que deveria ter servido para construir um “grande país” torna-se nos tempos contemporâneos, tempos de crise ecológica, memória das possibilidades desperdiçadas pelos nossos antepassados. Os monumentos – patrimônio nacionais - não poderiam ter sido construídos em homenagem às obras dos homens, pois quase destruíram aquilo que era mais característico do vivido em comum.

Porém, não é possível admitir que esta natureza, que teria sido a base da construção da nação, assumiu os mesmos significados para os grupos sociais que a habitaram ou utilizaram-na desde os indígenas, passando pelos imigrantes, cafeicultores, grandes proprietários, posseiros até os ecologistas atuais. Nem mesmo pode-se imaginar que os significados atribuídos à natureza não tenham mudado ao longo dos anos.

Se a natureza fora a base da formação da identidade nacional chegando-se mesmo a negar a ação humana, a discussão sobre um “patrimônio ambiental brasileiro” pode enredar-se nos fios dessa construção das identidades ou culturas nacionais. Esses processos nunca são pacíficos ou harmoniosos e sim resultados de conflitos e lutas em torno de uma representação entendida como a “única”. Essas iniciativas significam processos de construção da

homogeneidade das culturas nacionais que, segundo Stuart Hall: “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca identificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”¹⁴. Mas, as culturas nacionais não são apenas isto. Elas são resultado de lutas, de conflitos entre diversas perspectivas e tradições: “Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural”¹⁵.

Neste sentido, a idéia subjacente no título do livro comentado acima, de um “patrimônio ambiental brasileiro”, carrega a tensão sobre a construção da identidade nacional, pois associa a noção de natureza à definição histórico-cultural de um determinado território, ou seja, associa natureza e história. Qual seria a qualidade intrinsecamente brasileira de determinado aspecto – bioma – da natureza? Torna-se, então, necessário retomar as discussões sobre patrimônio, especialmente nos seus aspectos de contribuição para identidades nacionais.

Patrimônio, definido sinteticamente como um “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”, originalmente esta ação estaria ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”, mas hoje seu sentido foi “requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dele um conceito “nômade”. Já o patrimônio histórico, expressão que designa, ou designava, algo que poderia servir de usufruto à comunidade, atualmente encontra-se ampliado pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos¹⁶. A expansão desta noção e de sua utilização, incorporou rapidamente a relação entre natureza e história; “na mesma época, (último quartel do século XIX) os Estados Unidos foram os primeiros a proteger seu patrimônio natural, mas pouco se interessavam em conservar aquele constituído pelas edificações”¹⁷. Os Estados Unidos talvez seja o país onde primeiramente a natureza teria sido utilizada, ou representada, como uma prova, como um patrimônio autenticando por sua originalidade. Lá foi criado o primeiro “parque” de proteção ambiental permanente, o Parque de Yellowstone:

Nos Estados Unidos pós-independência, contrapondo-se às teorias de Buffon e de De Pauw, defensores da natureza norte-americana dedicaram-se à tarefa de provar que, em muitos aspectos, o Novo Mundo era superior ao Velho [...] Pensava-se que os Estados Unidos tinham recebido da Divina Providência uma missão civilizatória, ao lado de uma vocação inata para expansão do território, como que um Destino Manifesto¹⁸.

A noção de patrimônio não ficou restrita à idéia de monumento, seja natural ou edificado, tendo ampliado-se para a percepção de um “patrimônio cultural” e finalmente para a idéia de “patrimônio imaterial”:

Por outro lado, o conceito moderno de patrimônio cultural, incluindo o patrimônio intangível, imaterial, contido na Constituição Federal foi recentemente regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, que resgata uma dívida histórica com os bens culturais imateriais como: saberes, celebrações, expressões, os quais irão procurar resguardar os cantos, lendas, hábitos, festas, rituais e outras práticas populares brasileiras. Com o advento do decreto passam tais bens e valores culturais a ter proteção especial com a possibilidade de serem tombados¹⁹. A noção moderna de patrimônio incluiu também, como indicamos na epígrafe do texto, a idéia de um patrimônio natural, inclusive o arqueológico e paleontológico. A crítica à idéia de um monumento histórico dependente da avaliação de uma “história oficial”, que estabeleceria quais monumentos ou edificações deveriam ser “preservados” em nome da tradição, levou à ampliação da própria noção de patrimônio. Incorporou-se assim as arquiteturas vernaculares, o fazer do homem comum e as tradições populares. Mas agora, com a incorporação do “ambiente” e também, como indica a Constituição Brasileira, do arqueológico e do paleontológico, volta-se a depender do saber científico especializado na definição do que é patrimônio, isto é, o que deve ser preservado para o futuro como demonstração, prova, memória ou identidade do “nosso” passado em comum.

O “patrimônio ambiental brasileiro” necessita de uma definição de sua espacialidade e da temporalidade por causa das vinculações que a idéia de patrimônio possui com o passado, com objetos, monumentos e valores culturais partilhados em comum. Quem ou como se definiria quais os limites espaço-temporais deste patrimônio ambiental? Tanto quanto o patrimônio arqueológico e paleontológico, o patrimônio natural, remete a um tempo, a uma temporalidade, que ultrapassa em muito o tempo histórico da sociedade brasileira. Mesmo a noção de espacialidade brasileira, só pode ser constatada historicamente a partir de 7/09/1822, com o surgimento do estado-nação independente.

A existência de um “patrimônio” natural nacional parece incidir também na construção de identidade. Não é acertado dizer que tal intenção presidia os objetivos do organizador e dos autores do livro *Patrimônio ambiental brasileiro*, mas não resta dúvidas que é certo dizer que a discussão não pode fugir das representações que a natureza assumiu na sociedade brasileira. Se considerarmos que as culturas nacionais são resultados de conflitos, conforme análise de Stuart Hall, vale a pena pensar sobre os significados implícitos nas escolhas de quais espaços naturais poderiam ser eleitos como sendo dignos de figurar como “patrimônio ambiental brasileiro”. Essa escolha pode ser feita através dos critérios da ciência biológica, ecológica, hidrológica e outras mais, mas não escapa da interferência da cultura, afinal os termos da ciência são históricos por excelência. Os critérios reconhecidos como científicos, não são neutros do ponto de vista dos conflitos inerentes às identidades e as representações culturais dos diversos grupos sociais que compõem a nação.

Na geografia, cujo estudo da paisagem parece ser um dos seus principais temas, admite-se explicitamente, na definição de singularidades “físico-naturais”, a interferência da marca humana:

A paisagem seria a representação mental de um espaço real cujo conteúdo é, por excelência, diversificado. A singularidade físico-natural incontestável dos elementos que constituem o espaço real assume – até mesmo em seus estudos de classificação climática, geobotânica, morfológica, entre outros – leituras e interpretações diversificadas de seu conjunto. A maneira como se organizam os elementos percebidos e estudados, a ênfase dada a alguns elementos sobre outros, o destaque a determinados cortes espaciais, temporais, sua dinâmica etc., implicam opções e a construção de critérios seletivos que revelam a subjetividade, o caráter qualitativo, a marca humana²⁰.

Porém se a geografia, uma das ciências que podem participar das definições do patrimônio ambiental, admite a interferência da “marca humana” na construção e valorização das “singularidades”, outras áreas científicas podem proceder de outra forma estabelecendo uma perspectiva “bio-determinista”.

Existe uma tendência das ciências biológicas em “desprezar”, nas suas definições e estudos, a ação antrópica sobre o meio ambiente. Para Mauro Leonel (1998), esse desprezo poderia ser chamado de eco-determinismo ou eco-reduccionismo. Dialogando com Escurat, Leonel afirma:

Escurat, por outro lado, acredita que o determinismo, que a seu ver domina muitos ecólogos, impede-os de compreender como a faculdade simbólica e a produção dos meios de existência agem sobre o modo de instalação e de reprodução de uma sociedade humana em seu ambiente [...] O determinismo leva-os a abstrair a história, o fato de que o ser humano é o conjunto de suas relações sociais. Assim como as sociedades não podem ser compreendidas esvaziadas de sua natureza, a espécie humana não pode ser entendida descarnada de sua sociabilidade. As sociedades, inclusive na Amazônia, (estudada por Leonel) devem ser vistas em seu ambiente, mas a fabricação prática e ideológica da natureza é feita na, e pela sociedade²¹.

Entre os temas a serem discutidos no campo da história, que se relacionam com possíveis definições de patrimônio ambiental, estão as relações dos homens com a natureza, a sua influência sobre o comportamento humano e as formas de delimitação dos territórios como o espaço da nação, da região, do urbano, das fronteiras, etc. A história ambiental, tendência recente dentro da historiografia, tem como objeto principal justamente as relações do homem com a natureza.

Dentro desta tendência, a história ambiental, o debate sobre a “espacialidade” foi iniciado por Donald Woster ao afirmar que renovação historiográfica das últimas décadas, mesmo tendo ampliado a perspectiva da história incluindo outros assuntos, não teria ameaçado

[...] a primazia do Estado nacional como território legítimo do historiador. A história social, a história econômica e a história cultural ainda são geralmente feitas dentro de fronteiras nacionais. Num grau realmente extraordinário no âmbito das disciplinas acadêmicas, a história (ao menos nos tempos mais recentes) tem se inclinado a permanecer o estudo insular dos EUA, do Brasil, da França e assim por diante²².

Toda a renovação ocorrida no campo da teoria e do método do historiador e da história não teriam sido suficientes para abalar a idéia, podemos dizer, fazer ver aos profissionais, de que o espaço não é um dado bruto, como indicamos acima. Entretanto, o surgimento da história ambiental viria, conforme Woster, a ameaçar a ordem estabelecida pelos “estados nacionais” para a narrativa dos historiadores:

Essa forma de organizar o passado tem a virtude inegável de preservar um simulacro de ordem diante de um caos ameaçador é uma maneira de sintetizar todas as camadas e forças. Mas ao mesmo tempo ela pode criar obstáculos para novas pesquisas que não se encaixara dentro de fronteiras nacionais, como é o caso da história ambiental. Muitas das questões desse novo campo desafiam uma nacionalidade estreita [...] É verdade que outros temas ambientais se desenvolveram estritamente dentro do quadro da política de uma única nação [...] Mas nem todos o fizeram e, na história que será escrita no futuro, cada vez menos o farão²³.

Embora o espaço do estado-nação seja um limitador para a reflexão da história ambiental, as outras formas de demarcação de espaços provenientes de outras ciências, especialmente as que se dedicam ao tema ambiental, utilizando-se de noções como “ecossistema”, também não são livres de dificuldades. A definição de eco-sistema, por exemplo, que em alguns casos pode ter uma precisão razoável por indicar a inter-relação de “elementos orgânicos como inorgânicos” em um local específico, formatando uma possível singularidade, como um lago, em outros casos essa noção pode ampliar-se espacialmente até a idéia de uma floresta amazônica²⁴.

Considerando que a questão mais importante para a história ambiental são as relações entre os homens e a natureza, e nos termos da construção de uma definição de “patrimônio ambiental brasileiro”, isto é extremamente necessário, a noção espacial de uma floresta amazônica, dada a diversidade de população e ações humanas ao longo do tempo, seria quase inaplicável no campo da história ambiental. Essa noção espacial também não seria operacional no estabelecimento da singularidade da “brasilidade” da Amazônia. Talvez, essa espacialidade Amazônica possa ser adotada em uma perspectiva micro, como o da existência

de um habitat específico de um determinado organismo, mas não seria viável ao adotar-se uma visão mais ampla, pois envolveria outros países – outras singularidades históricas – e não só a brasileira. Outros fenômenos que pressionam a constituição de “patrimônios”, como a degradação e poluição global resultantes da ação antrópica, como, por exemplo, o impacto do efeito estufa sobre a floresta, agregariam argumentos para a preservação que, provavelmente, ultrapassarão o sentido da idéia de soberania nacional, de território soberano.

O estabelecimento de um recorte espacial que mereça a denominação de “patrimônio ambiental” implica na noção de ecossistema. Essa, ao ser incorporada pela história ambiental, sem as ponderações necessárias, transfere para dentro do campo das humanidades um determinismo para as ações humanas. Na medida em que patrimônio refere-se a herança deixada por antepassados comuns, os historiadores, especialmente os do campo ambiental, podem ficar reféns de espacialidades definidas sem a consideração da ação humana sobre este mesmo espaço. Querendo escapar das armadilhas ideológicas dos espaços nacionais e regionais, que podem limitar e engessar a reflexão no campo das relações entre o homem e a natureza, corre-se o risco de cair em outra armadilha, o do espaço definido por outras ciências que não dão a devida consideração para a ação humana.

Os estudiosos do patrimônio, em parte, especialmente Françoise Choay²⁵ diante da chamada “inflação patrimonial”, têm mencionado a necessidade da volta da dialética destruição/construção como uma medida para evitar o “congelamento” e, por conseqüência, a perda de sentido de identidade e pertencimento que estão na origem da necessidade de se “preservar” algo para as futuras gerações. Pode-se argumentar que esta “inflação patrimonial” relaciona-se com a perda contemporânea do sentido da passagem do tempo, da existência de um “eterno presente”, mas isso nos levaria para uma outra discussão que não cabe neste momento.

Particularmente, sobre o que vem sendo analisado até aqui, as possibilidades e conflitos na definição de um “patrimônio ambiental brasileiro”, a “inflação patrimonial” e o congelamento dos monumentos assemelha-se a idéia de “equilíbrio do meio ambiente”. Essa idéia, que teve e têm grande influência nas discussões sobre preservação, proteção e recuperação do “patrimônio” ambiental, tende a um congelamento do espaço definido como um “eco-sistema” específico. Este tipo de tendência é bastante visível nas definições de áreas de proteção ambiental, particulares ou públicas. Antônio Carlos Diegues já demonstrou as implicações sociais e mesmo ambientais nas antigas noções de “parques naturais”, como forma de preservar uma natureza intocada, selvagem e íntegra. Para Diegues,

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado (séc. XIX), tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada

pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana²⁶.

Segundo esse autor, nas concepções do século XIX, a única forma de preservar a natureza seria afastá-la do homem, criando-se “ilhas” que pudessem ser usufruídas pelo homem moderno e urbano, essencialmente destruidor, através da contemplação e fuga do stress da civilização urbano-industrial²⁷.

Mas, essa natureza parece nunca ter existido, pois a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. Como afirma Ellen, “entretanto, a natureza em *estado puro* não existe, e as *regiões naturais* apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens²⁸.

Por um lado, queremos deixar claro que estas ponderações sobre o “congelamento” da natureza ou da natureza intocada não significa que os autores do livro *Patrimônio Ambiental Brasileiro* partilhem das mesmas. Por outro lado, os autores citados acima têm alguma razão em seus argumentos, e acreditamos que essa possibilidade é considerável, mas, os historiadores envolvidos nas definições de possíveis “patrimônios ambientais brasileiros” precisam ter muito cuidado ao recorrerem às definições espaciais construídas em outros campos científicos. Necessitam, também, aproximar-se cautelosamente das formas como a natureza tem sido utilizada/apropriada pelos homens nas definições de seus espaços de vivência biológico e no campo do imaginário social. As áreas naturais têm sido manipuladas pelos homens das mais diversas maneiras imagináveis, lançando mão dos “acidentes naturais” para demarcar territórios, apropriando-se simbolicamente destes espaços delimitados, denominando-os como fronteiras nacionais ou limites regionais ou nas definições de áreas de preservação natural.

Iná Elias Castro indica-nos uma das formas na qual o uso da natureza pode se transformar em risco na definição do “patrimônio ambiental”. Segundo a autora, no Brasil, a questão regional assumiu majoritariamente a reivindicação de uma identidade baseada na configuração espaço-administrativa, ou seja, determinada pela configuração do espaço cristalizada em termos de unidades estaduais. Para Castro, talvez duas formas de regionalismo escapariam dos limites dos territórios estaduais: seriam o regionalismo nordestino e o regionalismo sulista do movimento separatista “o sul é o meu país”. Os dois regionalismos são sustentados por um imaginário territorial fundado em “diferenças naturais”: a seca de um lado e o clima subtropical de outro²⁹. Podemos deduzir que as conseqüências políticas desses regionalismos são absolutamente reacionárias, pois sustentam suas visões de história em fatalismos geográficos, no que se aproximam da idéia de superioridade de raças, como atributo decorrente da natureza. Para que o clima sub-tropical, ou os “pampas”, seja considerado como “patrimônio” de uma possível identidade, é um passo.

Mas, o fato, como diz Hobsbawm³⁰, é que todos precisam de um passado e, este passado, aparece-nos em termos de referência concreta, entre outras coisas, nos patrimônios históricos, arquitetônicos, naturais, etc. Constituem-se no que poderíamos chamar de o “chão de nossa história”. Porém, mais do que necessitar de um passado, o ser humano precisa da história. Precisa, segundo Jorn Rüssen³¹, localizar-se no tempo. O homem tem necessidade, na sua vida prática e cotidiana, de localizar-se no tempo o que é uma necessidade antropológicamente universal. O resultado dessa necessidade aparece entre nós no que o autor chama de “consciência histórica”:

A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpreta-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são³².

O homem produz a sua consciência histórica, que não é propriamente um pensamento científico sobre a história, interpretando e incorporando dois elementos fundamentais na sua vida: a experiência e a intenção. É a junção do que fomos e do que desejamos ser que nos permite localizarmos no tempo e agirmos, ou tentarmos realizar as nossas intenções. Como diz o próprio Rüssen: “A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”³³.

As diferenças existentes entre a “consciência histórica” e “pensamento histórico científico”, são esclarecidas por Rüssen quando afirma que “o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar este processo. O homem não pensa porque a ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa”³⁴.

Como o objeto deste texto é o patrimônio ambiental, devemos discutir tanto a necessidade do homem localizar-se no tempo quanto no espaço, e as relações entre a “consciência histórica” e a “consciência espacial”. Para Rüssen o passado não aparece apenas como “consciência histórica”, mas também na forma de “pensamento científico”, que é uma forma específica de cultura, a história científica. Essas questões, por fim, relacionam-se com a formação do nosso eu, da nossa identidade, pois somos o que somos por vivermos e termos vivido em determinado espaço, e sabemos o que somos, ou melhor, representamos o que somos ao relatar nossas “experiências e intenções” vividas nestes espaços e nestas paisagens.

Na medida em que existem diferenças entre a “consciência histórico-espacial” e a forma específica de pensamento científico, cabe também discutir a função e as relações estabelecidas entre ambas. Rüssen afirma que a historiografia, a forma científica do pensamento histórico, possui uma relação de orientação, não no sentido de correção, mas como instrumento para a vida cotidiana, de posicionamento no tempo. Assim, ao realizarmos a reflexão que se constituirá no “pensamento científico” que, em parte tornar-se-á orientadora da

definição do patrimônio ambiental, deve-se tomar cuidado com as implicações políticas da relação entre história e identidade, entre paisagem e identidade, entre história e patrimônio, entre natureza e patrimônio ambiental, etc., ou seja, os riscos políticos envolvidos no “chão da nossa história.”

Um dos momentos mais evidentes das relações entre história e espaço, entre identidade e espacialidade, pode ser percebida no surgimento do “estado-nação-moderno”:

O Estado Contemporâneo ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica homogênea. A nação ergueu-se sobre a consciência da unidade cultural e do destino de um povo, expressa nos símbolos da pátria e apoiada na distinção entre o natural e o estrangeiro. Apenas o Estado-nação associou definitivamente os conceitos de povo e nação ao território, estabelecendo os vínculos de natureza abstrata - ou seja: ideológicos - entre eles³⁵.

A natureza tornou-se, então, especialmente a partir do século XIX, o depositário de um sentido comum de pertencimento. As narrativas sobre o espaço, especialmente as da geografia e da história, dispenderam enorme esforço na constituição da delimitação e individualização das culturas e do território particularmente quando em confronto com outros territórios e culturas fronteiriças.

A história e a geografia surgiram como disciplinas, como são conhecidas hoje, no século XIX e simultaneamente à constituição dos estados-nacionais modernos. As primeiras, ou as principais, preocupações dessas disciplinas foram os limites geográficos nacionais e a história da pátria.

A questão do território foi de grande importância na construção das nacionalidades e das nações a partir do século XIX. A história, a literatura e a geografia, ao tomarem os territórios como tema de suas narrativas, propiciaram os elementos necessários para que os homens pudessem sentir-se comungando com um passado vivido em comum. Nesses relatos, os eventos teriam acontecido em determinado território que é projetado, anacronicamente, para o passado. Sobre esse território, denominado de nacional, a geografia e a história projetavam seus conhecimentos para referendar as possibilidades de hegemonia e soberania da nação e a construção de um sentido de "comunidade". Assim, a nação e o nacionalismo seriam resultado de uma "comunidade imaginada". Imaginada como limitada e soberana: limitada porque não é possível conhecer todos os que comporiam a nação, por pressupor uma igualdade inexistente, devido aos limites do próprio território e de soberania limitada, pois pressupõe que a lei tem vigência somente nos limites daquele território³⁶.

Fundamental, portanto, o controle e a manutenção do território para o exercício do poder. No caso brasileiro, o surgimento da nação encontrou um vasto território desconhecido, não mapeado, um enorme sertão. Desvendar esse território tornou-se a partir deste momento um problema político de exercício do poder. Várias foram as iniciativas tomadas pelo governo imperial no sentido de mapeamento e reconhecimento dos interiores. Além disso, os viajantes e

naturalistas estrangeiros que por aqui estiveram ao longo do século XIX contribuíram no sentido de produzir uma narrativa sobre os territórios, já construídos como território nacional, e sobre as gentes desses territórios³⁷. Parece não haver dúvidas de que a história, tanto “consciência histórica” quanto pensamento científico, contribuiu muito com a legitimação do imaginário regional/nacional, do “chão da nossa história”.

Isso significa dizer que ao mencionar “o chão de nossa história” está implícito a junção de dois poderosos suportes para a construção de identidades: o tempo/narrativa e o espaço/natureza. A nação é, em tempos modernos/contemporâneos, o mais forte “chão da nossa história” que se conhece. Sobre esse chão, cruzamento de natureza e tempo, surgiu e ampliou-se a idéia de patrimônio para provar que ele era específico, singular e que diferenciava-se de outros. Da preservação dos monumentos, testemunhos de uma época, ampliou-se até a percepção atual, a qual incorporou a natureza e o imaterial.

Nesta “inflação” dos significados atribuídos ao patrimônio chegamos a um provável impasse. As noções de patrimônio histórico, arquitetônico e cultural remetiam sempre a uma cultura e um passado comum, legitimado/legitimador da existência do estado nacional soberano. Já ao referir-se a um patrimônio ambiental, os limites possíveis de sua circunscrição espaço-temporal podem facilmente ultrapassar as fronteiras nacionais, dada a interdependência dos ecossistemas em termos planetários. Se o fenômeno da globalização parece colocar em suspenso as soberanias dos estados-nacionais, a efetiva proteção do patrimônio ambiental parece também ultrapassar estes mesmos limites. A preservação e proteção do único suporte de identidade comum ao ser humano³⁸, o ambiente terrestre, talvez exija a superação do “chão da nossa história”. Estaremos preparados para isso?

Notas

¹ As reflexões desenvolvidas são desdobramentos do projeto de pesquisa “O governo do Estado e os rios paranaenses: da ocupação do território à produção de energia elétrica – 1853-1953”, financiado pelo CNPq, por meio de bolsa de Produtividade – 2003-2007.

² Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em 11.04.2005, 09:12 h.

³ RIBEIRO, W. C. *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo:Edusp, 2004.

⁴ Idem, p. 14

⁵ Idem, p. 14-15

⁶ Ibid

⁷ É evidente a contribuição que o livro traz para o debate sobre a preservação da natureza, os temas presentes nos diversos capítulos- florestas, solos, minérios, recursos hídricos, recursos marítimos, etc. – bem como as formas de sua apropriação, que tem sido, como demonstram as análises, degradante e, ao mesmo tempo, as possibilidades existentes na utilização destes mesmos recursos sem sua destruição promovendo uma maior igualdade social, demonstram claramente o valor do livro

⁸ MORAES, A. C. R. “Formação territorial e Políticas ambientais no Brasil”. In: RIBEIRO, W. C. *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo:Edusp, 2004. p. 79.

⁹ Idem, p 80-81.

¹⁰ Sobre este aspecto ver ARRUDA, G. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. *Natureza, fronteiras e territórios: Imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

¹¹ MORAES, A.C. R. Op. cit. p, 84.

¹² Diversos autores, além de Antonio Carlos Robert Moraes, especialmente no final dos anos de 1990 analisaram esta temática: VIDAL E SOUZA, C. *Á pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiás: Editora UFG, 1997; LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/IUPERJ/UCAM, 1999; ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: Edusc, 2000; LIMA, E. N. & ZILLY, B. (org). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2000 e WEGNER, R A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹³ OLIVEIRA, L. L. *Americanos*. Belo Horizonte: Edufmg/Humanitas, 2000, p, 69-70. Neste sentido, sobre as representações da natureza no Brasil, ver também CARVALHO, J. M. *O motivo edênico no imaginário social brasileiro*. Rev. bras. Ci. Soc. v.13, n.38. São Paulo: out/1998.

¹⁴ HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 1997, p. 64.

¹⁵ Ibid

¹⁶ CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edunesp/Estação Liberdade, 2001, p. 11.

* Para esta autora, o crescimento e do universo do patrimônio, especialmente do patrimônio edificado, cujo conceito de monumento histórico surge no ocidente em meados do século XIX, extravasou em muito o sentido original e sua aplicação chegou a países que tradicionalmente não concebiam esta noção como o Japão da era Meiji. Para ela vivemos uma “inflação patrimonial”. (2001, p. 12 e 14)

¹⁷ Idem, p. 14.

¹⁸ PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. Bauru-SP: Edusc/Edusp, 1999. p. 186.

¹⁹ BELTRÃO, A. R. Patrimônio cultural: novas fronteiras. Prim@ Facie – ano 1, n. 1, jul./dez. 2002. disponível em <http://www.ccj.ufpb.br/primafacie/>.

²⁰ GOMES, E. T. A. “Natureza e cultura – representações na paisagem”. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (org) *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 66.

²¹ Escuret, G.G. *Lês sociétés et leurs natures*. Paris, Armand Colin, 1989, 1989, p. 63. Apud Leonel, 1998, p. 13.

²² WORSTER, D. PARA FAZER HISTÓRIA AMBIENTAL. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, 1991. vol.4, n.8, p.198-215. p. 01

²³ Idem, p 2

²⁴ Idem, p. 7.

²⁵ CHOAY, F, Op. Cit, p. 15-17.

²⁶ DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13.

²⁷ Ibid

²⁸ Idem, p. 14.

²⁹ CASTRO, I. E. “Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação”. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César e CORREA, Roberto. (orgs). *Explorações geográficas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997, p.181/183. Este argumento sobre outros desdobramentos da relação entre natureza e regionalismo foi desenvolvido em ARRUDA, G. História, historiadores, regiões e fronteiras. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Editora/UFP- Programa de Pós-graduação em história. v.3, n.2 - dezembro/2002. 49-63.

³⁰ HOBBSAWM, E. *Sobre a história*. São Paulo: Cia. as Letras: 1998.

³¹ RUSEN, J. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

³² Idem, p. 57.

³³ Idem, p. 58.

³⁴ Idem, p. 54.

³⁵ MAGNOLI, D. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Edunesp/Editora Moderna, 1997, p. 15.

³⁶ ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. SP: Brasiliense, 1989.

³⁷ Sobre a contribuição dos viajantes para a produção de uma descrição do território ver, entre outros: SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui*; o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras. BARREIRO, J. C. O cotidiano e o discurso dos viajantes; criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do séc. XIX. S. Paulo: (Tese de Doutorado-USP) 1988 e PAZ, F. Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Editora UFPR, 1996. Para a questão da unidade territorial durante o Império, ver MAGNOLI, op. cit.

³⁸ PEIXOTO, P. “O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*. n.º 155, Coimbra: dez/2000. disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/155/155.php>.